

MENINAS(OS) BRINCAM DE CARRINHOS E DE BONECAS

GIRLS AND BOYS PLAY WITH DOLLS AND STROLLERS

Cláudia C. Guerra¹

Resumo: Este artigo discute os prejuízos para meninos e meninas a partir da educação diferenciada, fragmentada, dicotômica entre os sexos e propõe uma educação cidadã e integral, onde as tarefas se dão por habilidades e competências e não por papéis tradicionalmente construídos.

Palavras-chaves: gênero; educação; linguagem.

Abstract: This paper aims at discussing the negative effects on boys and girls, incurred by segregated education Among genres, and then it proposes a citizenship and integral education , wich the tasks are provided By abilities and capabilities, instead of traditionally roles already built.

Key-words: gender; education; language.

1. Introdução

Em pleno século XXI, com a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, e, se considerado o mercado informal, com a maior presença feminina, mas recebendo em média 43% menos que os homens para mesmas funções, contraditoriamente à comprovada maior escolaridade delas em relação a eles; com aproximadamente 30% das famílias, no Brasil, sendo chefiadas por elas, sendo a maior parte das eleitoras e cidadãs; estando a força física relativizada na era da informação e das novas tecnologias e da musculação acessível a todos(as) que queiram adquirir músculos, ainda assim faz-se necessária a reflexão sobre a educação sexista e diferenciada para meninos e meninas ainda presente em nossa sociedade, seja formal ou informal e seus prejuízos para ambos os sexos.

O que se constata historicamente é que as diferenças entre o gênero masculino e feminino (e cada ser é único) foram traduzidas em desigualdades. O problema não está em possuir pênis ou vagina, seios, amamentar, menstruar, poder gerar, ter quatro milhões de neurônios a mais, ou em outras especificidades físicas ou hormonais, mas o que se faz com elas no universo cultural e vivencial.

Contribuição importante para tais reflexões vêm a tona com a categoria gênero, incorporada nos estudos e pesquisas a partir dos anos 1980, no Brasil, apontando para

¹ Mestre em História pela USP-SP; professora universitária de várias IES; voluntária e Presidenta da ONG S.O.S. Mulher/Família de Uberlândia; voluntária do Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Pesquisa sobre Mulheres da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: guerra.professora@gmail.com.

possibilidade de se pensar o masculino e o feminino enquanto construções relacionais (só se pode pensar um em relação ao outro) e sócio-históricas, vivas, dinâmicas, com possibilidades de se sair das naturalizações e determinismos biologizantes. Não se trata de negar as diferenças biológicas e anatômicas, mas pensá-las dentro da cultura, imersas em atribuições simbólicas e por representações que são fabricadas sobre os “papéis” e vivências masculinas e femininas. Assim, ninguém nasce, mas constitui-se homem e mulher.

2. Gênero - o masculino e o feminino em construção

Para melhor ser desenvolvido o tema, retoma-se a literatura que vem discutindo os conceitos gênero e poder por meio de vários teóricos.

Tecer estudos sobre as relações de gênero implica desconstruir parâmetros antigos e, ao mesmo tempo, historicizar essas relações, visando desmistificar o próprio conceito. Alguns trabalhos nessa linha têm questionado a historiografia tradicional e assim feito com que as Ciências Humanas sejam vistas criticamente no que diz respeito aos seus arcabouços teóricos, revendo paradigmas antes pouco questionados. Buscando historicizar a categoria, pode-se dizer que, a partir da rejeição às determinações biológicas implícitas para alguns (algumas) no termo sexo, uma grande parte de feministas e de intelectuais, neste fim de século, começaram a utilizar o termo gênero. Esta é uma noção relacional, pois designa as relações entre os sexos, sendo uma maneira de indicar construções sociais acerca dos papéis das mulheres e dos homens, assim como de suas subjetividades.

Conforme define Flax:

[...] as relações de gênero são processos complexos e instáveis [...] constituídas por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes [...]. As relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e [...] assimétricas de traços e capacidades humanas [...]. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes [...]. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero [...] têm sido [...] relações de dominação (FLAX, 1991, p. 228).

Faz-se necessário tomar o devido cuidado para não se incidir numa visão de mão única que atribui frequentemente à mulher a condição apenas de vítima, pois, nas relações de gênero, o vínculo de dominação e subordinação nem sempre é tão transparente e óbvio, apesar de se poder verificar, até o momento, e de um modo geral, a supremacia masculina. Seria

ingênuo acreditar que a utilização da categoria gênero, no estudo, por si só possibilitasse uma compreensão histórica mais ampla do objeto. É importante, apesar da dificuldade, conjugar gênero a outras dimensões e conjunto das teorias do conflito. Embora privilegiando as ambiguidades e contradições de gênero, acredita-se como Scott que:

[...] os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações sociais historicamente situadas (SCOTT, 1990, p. 15).

A noção de relações de gênero aponta para construções mutáveis de significação. Isso quer dizer, como ressalta Paoli (1991, p. 118), que os significados constituintes das diferenças de gênero são atravessados por discursos de outras identidades e cristalizados de repetições, de estereótipos, todos colocados em ação em contextos específicos.

Ao estudar e ter como objeto as “relações de gênero violentas”, não há crença de que existe uma categoria unificada de interpretação, mas pode-se, sim, enfrentar as diferenças simbólicas, contextualizando-as sem reduzi-las a um único termo. Não se pretende, portanto, atribuir um imperialismo à categoria, em detrimento de outros conceitos; apenas priorizá-la na análise.

Sem o intuito de partir de sujeitos prontos e acabados, utiliza-se a categoria gênero no trato das relações sociais. Este procedimento constitui uma mudança epistemológica importante, pois a dimensão relacional faz com que haja um deslocamento da noção de sujeito e de identidade fixa para a de relação, evitando, inclusive, uma possível guetificação feminina. A consequência metodológica é a de que deixam de existir homens e mulheres abstratos, essencializados, para se constituírem homens e mulheres contextualizados, uma especificidade do gênero estudado pela História.

Algumas dificuldades aparecem em determinados momentos da análise histórica quando se tenta, devido a toda uma influência historiográfica e de produções feministas, identificar qualquer atitude feminina como sendo de resistência, heroicizando as mulheres; e, em outros momentos, percebê-las como frequentemente oprimidas e inevitavelmente dominadas, vitimando-as. Talvez o uso do gênero possa auxiliar a sair dessas armadilhas, uma vez que a ênfase recai nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais e rompe com ideias naturalizantes. Nesse sentido, há jogos de poder relacionais entre o masculino e o feminino - independente do sexo físico das pessoas -, marcados por hierarquias, conflitos e também por negociações. Não se trata de negar as falas misóginas, mas de mostrar como são

fabricadas. Pode-se utilizar, para isso, de práticas, de símbolos, de códigos normativos, de representações, valores sociais e de identidades subjetivas. O gênero também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto-representações do masculino e do feminino.

Outro empecilho ao estudo consiste no fato de que o gênero não possui ainda um embasamento teórico elaborado como o conceito de classe, por exemplo, tendo sido colocado como categoria analítica utilizada em pesquisas somente a partir dos anos 1980, no Brasil. É, portanto, um desafio lidar com esta categoria tão recentemente abordada pela historiografia e outras áreas do conhecimento. Não é por acaso que poucos(as) investigadores(as) incorporaram a perspectiva relacional que impõe o enfoque de gênero. Muitos(as) utilizam-no, mas ainda atribuindo, de forma simplista, ao patriarcado e à discriminação a responsabilidade pela opressão feminina, pelas hierarquias e desigualdades entre gêneros e pela criação de um mundo feminino à parte.

3. As relações de gênero como primeiras manifestações do poder

Determinadas ações sociais só têm sentido se integradas numa análise de construção e consolidação do poder. Assim, este tema é melhor compreendido na relação de reciprocidade entre gênero e poder, sendo o gênero uma forma de significar as relações de poder.

Em que pese o poder, é bom esclarecer a concepção que transita e se recompõe no fluxo das relações sociais. Nesta perspectiva, Deleuze (1988), com base em Foucault, questiona:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder. Compreendemos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força (DELEUZE, 1988, p. 78).

[Ou]

[...] dirá Foucault que o poder remete a uma 'microfísica'. Com a condição de não entendermos o 'micro' como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de

relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis (DELEUZE, 1988, p. 100).

As relações de poder são constitutivas das relações de gênero. Não se pretende reduzir tudo a gênero, mas colocar que este é fundamental para as relações sociais, por regular as relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher. Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade, que é exercida como uma forma de poder. Portanto, a sexualidade é um ponto de apoio da desigualdade de gênero.

O gênero aparece como um eixo pelo qual o poder é exercido numa luta constante frente à distribuição desigual de suas oportunidades. É, portanto, um sistema político. Pode-se considerar que, a partir também das relações assimétricas de poder entre os gêneros, se chegue aos fundamentos que produzem, reproduzem e mantêm as relações violentas. As hierarquias sociais entre os gêneros respondem a resoluções desfavoráveis até agora para as mulheres.

Em concordância com a concepção foucaultiana de poder, Safiotti e Almeida (1995) consideram esse conceito mais flexível e útil ao estudo das relações de gênero, pois permite descartar a posição vitimista, em que o homem detém o poder e a mulher não. O poder relacional aparece como um fenômeno que flui em cadeia, perpassando pelos sujeitos sociais conforme a correlação de forças do momento. Um poder múltiplo, localizado em diferentes espaços, que pode, inclusive, aparecer com roupagem de autoridade. Visualiza-se, neste estudo, a permanente tensão que anima essas relações. Assim,

[...] quando se afirma que as mulheres são dominadas pelos homens, não se exclui a luta das primeiras pela ampliação de sua pequena fatia de macropoderes, nem tampouco suas batalhas cotidianas pelo exercício constante de micropoderes (SAFIOTTI; ALMEIDA, 1995, p. 23).

Barbieri (1990), nessa linha de pensamento, reforça que o poder

[...] produce verdades, disciplina, pero también esta siempre en peligro de perderse. Por ello no bastan leys y normas, amenazas cumplidas y castigos ejemplares. Las/os dominadas/os tienen un campo de posibilidades de readecuación, obediencia aparente pero desobediencia real, resistencia, manipulación de la subordination (BARBIERI, 1990, p. 38).

Um outro modo de conceituar o poder é observado em Chauí (1985) ao entendê-lo como:

[...] capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à existência pública de uma coletividade, de tal maneira que seja expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantia do justo pelas leis, sem coação. [...] O encarando [...] como reconhecimento de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais diferenciados, não o identificaremos com o governo nem com a soberania, mas como o pólo onde a lei não é coação, o direito não é interesse e a justiça não é formal. Tomaremos o poder como expressão dos direitos daquela parte da sociedade cujo desejo é não ser comandada nem oprimida (CHAUI, 1985, p. 34).

No que diz respeito à concepção de força, a filósofa entende

[...] por força a ausência do poder [...] e presença do desejo de mando e de opressão de uma classe sobre outra e de um grupo social sobre outro. Entenderemos por força, portanto, as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica (CHAUI, 1985, p.47-48).

A filósofa considera ainda que as mulheres são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros, sendo constituídas como sujeito pela heteronomia. Daí decorre também a violência entre mulheres, pois praticam sobre as outras esse padrão de subjetividade ao encararem as outras e esperarem que estas se encarem como seres para outrem. E postas como dependentes naturalizam sua posição que é histórica (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p.195).

4. Conclusão

Desde muito cedo, as crianças vão sendo socializadas e passam por um processo de inculcação sobre os “papéis” definidos quanto ao gênero: na gestação, a escolha da cor do enxoval diz simbólica e, por vezes, inconscientemente, de futuras expectativas. Apesar de os neutros amarelo, verde e branco, ainda há a tradicional presença do cor-de-rosa (reforçado pelo mercado, mídia e escola) para a menina que entoa a calma, fragilidade, meiguice e o azul para o menino, traduzindo a imensidão sem limite do céu, dos oceanos, sendo apontada na cromoterapia como a cor da intelectualidade, da força, da razão.

Em tenra idade, os brinquedos vão sendo direcionados, raramente escolhidos por afinidade, tendo a menina maior acesso às bonecas, roupinhas, casinhas, panelinhas, vassourinhas, tudo “inhas”, brincando mais quietinhas, visando, de modo nada neutro, criar um cenário propício para futuras donas-de-casa (rainhas do lar sublimadas, sem coroa, salário, valor social ou status) esposas, mães. E para eles, as bolas, carrinhos, com estímulo ao desenvolvimento da coordenação motora, correndo, pulando, subindo, trepando, sendo

orientados a falar em público para ocupar esse espaço no futuro e também dirigir carros e suas próprias vidas; serem protetores, provedores e agressivos com suas espadas e espingardinhas de chumbo, sob modelos de super heróis dos quadrinhos: invencíveis.

Quando fiz o ginásio, as meninas tocavam flauta, ou faziam bordados e os meninos iam para as práticas agrícolas. Na época de mamãe havia os cursos de puericultura para preparar esposas-mães. Vale a reflexão: se ele pode vir a possuir um barraco, casa ou apartamento, potencialmente pode desejar ser pai, então porque não brincar de casinha, de boneca? E ela, pode futuramente dirigir, porque não brincar de carrinho e ir se exercitando desde cedo?

As seguradoras de carro proporcionam maiores descontos à titular mulher exatamente porque, ao contrário do que diz o senso comum, “no volante são menos perigo constante”. A maior parte dos acidentes graves e com mortes acontece com eles. E não se trata da rancorosa guerra entre os sexos, que só alimenta o mercado, mas não as almas. Ela é ineficiente para a convivência tolerante, com o exercício da diversidade, da alteridade, ou seja, do reconhecimento do outro enquanto diferente, mas com mesmos direitos e humanidade. Haja boteco ou terapia para lidar com tais cristalizações que se atualizam em muitas vivências insatisfatórias e fragmentadas do ser com vistas a consolidar uma identidade partida e satisfazer o grupo, o social, mais que a si mesmo(a).

Os(as) pais/mães e professores(as) pouco preparados(as) ficam ainda com receio de que os brinquedos sejam associados à orientação sexual. Lembrando que qualquer orientação é legítima, cidadã e deve ser respeitada. Inevitavelmente os estereótipos, podem levar a discriminações e a etnocentrismos, cenários propícios a extermínios de grupos e à guerra. Quem faz tais associações equivocadas é o adulto preconceituoso ao afirmar, por exemplo, para o menino: “larga essa boneca que isso é coisa de mariquinha”, a violenta retaliação: “homem que é homem não leva desaforo pra casa”, “homem não chora”, ou “se apanhar na rua, vai apanhar aqui em casa também”. Depois se queixam da violência predominantemente exacerbada entre jovens do sexo masculino e da comum violência doméstica. E “um tapinha” dói, sim, e é crime quando não consentido. Para a menina reforça-se: “mocinha senta de perna fechada”, embutindo ainda mais a sexualidade já escondida, cujo tabu da virgindade ainda é resquício só para o feminino: “segure sua cabrita que meu bode tá solto”. A figura do “comedor”, anatomicamente estranha, pois ela quem deveria ser considerada a “comedora” na perspectiva anatômica, traz a relação de poder, do ativo versus a passiva, casais homossexuais por vezes reproduzem também essa concepção. Assim, em alguns estabelecimentos há a pizza Carla Perez, Tiazinha, do doce Marta Rocha, mulheres objetos a serem digeridas. Pra não

mencionar a mercadorização e consumo voyer de corpos na mídia, no mundo do espetáculo e da simulação da vida. Em algumas falas cotidianas, piadas, músicas, numa banalização e descaracterização do feminino, recorre-se ao mundo animal para designá-las: “cachorras”, “galinhas”, “piranhas”, ou são expostas como pedaços de carne “filés”, “popozudas” e eles os “tigrões”, “garanhões” viris. Se ele é barrigudinho e grisalho é charmoso, ela é desleixada. Filho(a) deu gente, mérito do pai; não deu, culpa da mãe. Até para xingar filho(a) é da mãe. Por que não da família, da sociedade, do Estado com suas políticas públicas? E a linguagem universal masculina para designar os dois sexos e que exclui a outra metade da humanidade. Isso tem sido revisto com leis que propõem a inclusão.

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986), dos mais vendidos depois da Bíblia, ao definir e caracterizar homem como: qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano; ser humano do sexo masculino; varão; esse mesmo ser humano na idade adulta; adolescente que atingiu a virilidade; homem dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; macho: homem que é homem não leva desaforo para casa; marido ou amante; homem da lei: magistrado, advogado, oficial de justiça; homem da rua: homem do povo; homem de bem; homem de Deus; homem de Estado; homem de letras; homem de palavra; homem de negócios; homem de pulso; homem público: indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado; e mulher como: o ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos; mulher dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos: carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição. A mulher considerada como um ser frágil, dependente, fútil, superficial ou interesseiro. Amante, companheira, concubina. Mulher que apresenta requisitos necessários para determinadas tarefas: mulher dona-de-casa. Mulher fatal: sensual e sedutora, mulher à toa, da comédia, da rua, da vida, da zona, de amor, de ponta de rua, do fado, do fandango, do mundo, do pala aberto, errada, perdida, vadia = meretriz. Verifica-se como também a linguagem cristaliza valores e normas.

No período da adolescência, fase também criada historicamente, a distribuição das tarefas em casa, os horários de chegar após as “baladas”, a iniciação para o namoro e a sexualidade parecem também ainda marcados pela desigualdade de gênero.

Verifica-se ainda no mercado, não casualmente, por exemplo, que as atividades consideradas tradicionalmente femininas e como extensão do lar, como lavar, passar, cozinhar, cuidar são socialmente desvalorizadas. Para não mencionar o trabalho doméstico não remunerado, sem férias, sem 13º, sem licença maternidade, sem direito à aposentadoria, que possui significativo valor social, pois graças a esse trabalho outros membros podem

exercer atividades remuneradas no mercado externo ou precisariam remunerar pessoas que fizessem tais atividades repetitivas, desgastantes, que aparecem aos outros membros do lar como magia, mas contraditoriamente considerado por muitos(as) como não trabalho, até por algumas mulheres. Afinal, cultura está na cabeça de homens e mulheres. Conveniente ao sistema capitalista e a muitos maridos que tantas trabalhem arduamente e de graça? Seria a tripla jornada de trabalho uma conquista ou ônus? Alguns diriam: “mas hoje tá mais fácil com os eletrodomésticos”. Acontece que alguém precisa colocar as roupas na máquina de lavar, tirar, estender, a comida no micro ondas, no forno. E ainda há os semi globalizados(as), ou excluídos(as) que sequer têm acesso a esse dito progresso para todos(as).

Parece urgente ser desconstruída cotidianamente essa educação diferenciada, com vistas à construção (não inversão de “papeis”, o que não alteraria a dinâmica de poder e dominação) de outra estrutura relacional que promova uma educação cidadã, integral e igualitária, respeitando-se as diferenças. Até porque percebe-se nitidamente a existência de fragmentações, restrições e prejuízos para ambos os sexos. Na busca da coerência vivencial, eu e meu esposo que trabalhamos profissionalmente fora, dividimos tarefas por habilidades e nossos dois filhos, o de 5 anos e o de 3 anos brincam de carrinho, bola, instrumentos musicais, brinquedos pedagógicos, casinha, boneca, com vistas e serem o mais inteiros possíveis como seres humanos e poderem fazer suas escolhas futuras por competências e habilidades e não por terem que atender a estereótipos e “papeis” tradicionalmente construídos e que, apesar de reais e aparentes privilégios históricos, sequer têm proporcionado felicidade a ambos os sexos na sua convivência. Precisamos urgente construir uma cultura para a paz a começar pelo repensar das relações de gênero. Faço das palavras do sociólogo Boaventura as minhas: “temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Referências

BARBIERI, T. de. Sobre la categoría género. *Una introducción teórico-metodológica*. PRODIR (org.). São Paulo, 1990.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-62, 1985.

DELEUZE, G. *As estratégias ou o não estratificado: o pensamento do lado de fora (poder)*. Tradução de Cláudia S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.78-100.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo dicionário aurélio da língua portuguesa*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PAOLI, M. C. As Ciências Sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Novos estudos Cebrap*, n. 31, p. 107-20, out. 1991.

SAFFIOTI, E ; ALMEIDA, S. S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

